

ANEXO III – MATRIZ DE JULGAMENTO TÉCNICO-ARTÍSTICO-COMERCIAL

Melhor técnica ou conteúdo artístico (art. 33, III, Lei nº 14.133/2021)

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A avaliação das propostas apresentadas no Envelope B – Proposta Técnico-Artístico-Cultural será realizada pela Banca Técnica, observando-se o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico (art. 33, III, da Lei nº 14.133/2021), as diretrizes do Edital e as regras deste Anexo.

1.2. A análise incidirá sobre o conteúdo técnico, artístico e de gestão da proposta, sendo vedada qualquer consideração de natureza competitiva sobre valor econômico, além da demonstração de viabilidade operacional do projeto para cumprimento das obrigações previstas no Edital e no Termo de Permissão de Uso. A avaliação considerará, como diretriz central, a aderência ao caráter cultural do equipamento, a continuidade da programação ao longo do ano, a regularidade de funcionamento e a integração ao calendário oficial de eventos culturais do Município, nos termos do ETP, do TR e do TPU.

1.3. As propostas serão avaliadas em 4 (quatro) critérios, com pesos distintos, em escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos por critério, admitidas notas com até duas casas decimais.

1.4. A Nota Final de cada proposta será obtida por média ponderada, conforme item 4.

1.5. Será considerada classificada a proposta que obtiver $NF \geq 7,00$ (sete).

1.6. A Banca Técnica registrará, em parecer ou ata de julgamento, as notas atribuídas a cada critério e as razões que as fundamentam, com referência aos subcritérios orientadores e aos elementos da proposta avaliada. A fundamentação poderá ser sucinta, desde que suficiente para identificar os elementos que motivaram a pontuação atribuída.

1.7. A ausência de elementos essenciais à avaliação de determinado critério implicará, conforme o caso:

a) atribuição de nota 0 (zero) no critério correspondente; ou
b) desclassificação por desconformidade material, quando a omissão inviabilizar a aferição da proposta ou contrariar exigência expressa do Edital, mediante decisão fundamentada da Banca Técnica.

1.7.1. Sem prejuízo do item 1.7, a desconformidade do Envelope B com os elementos exigidos no Edital (item 12.1) ensejará desclassificação, conforme item 1.8.

1.8. Antes da atribuição de notas, a Banca Técnica verificará a presença, no Envelope B, dos elementos mínimos exigidos pelo Edital (item 12.1, incisos I a VII), de caráter eliminatório, consistentes em:

a) Projeto cultural integrado: conceito/identidade/narrativa do projeto cultural;
b) Programação cultural anual: calendário ou plano anual com periodicidade e distribuição ao longo do ano, incluindo previsão de finais de semana;
c) Estrutura organizacional e qualificação da equipe: identificação da equipe-chave e responsabilidades mínimas (gestão cultural e gestão operacional);

- d) Plano de manutenção: rotinas básicas de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e conservação do imóvel objeto da Permissão e da Capela dos Santos Reis;
 - e) Plano de segurança e conformidade: diretrizes básicas de segurança, acessibilidade e conformidade regulatória aplicáveis à operação;
 - f) Viabilidade econômico-financeira mínima: estimativas coerentes de receitas e despesas e premissas, evidenciando capacidade de cumprir a outorga e manter a operação;
 - g) Integração ao calendário turístico e cultural: demonstração de articulação com o Festival do Folclore e demais eventos oficiais, inclusive funcionamento regular e, quando aplicável, ampliado nas datas de programação do Recinto do Folclore.
- 1.8.1. A ausência de qualquer dos elementos mínimos acima, por desconformidade material com o Edital, implicará desclassificação, mediante decisão fundamentada da Banca Técnica, sem atribuição de notas.

2. CRITÉRIOS, PESOS E SUBCRITÉRIOS

CRITÉRIO 1 — CONCEITO E COERÊNCIA DO PROJETO CULTURAL

Peso: 3,5

Avalia a concepção geral do projeto cultural, sua identidade e narrativa. Atividades complementares serão consideradas neste critério exclusivamente na medida em que se integrem e sirvam à proposta cultural.

Subcritérios orientadores:

- a) Clareza do conceito central do projeto: tema, narrativa e identidade simbólica.
- b) Qualidade e profundidade da proposta cultural, em sua coerência com a missão da Permissão como promoção das expressões culturais.
- c) Integração de atividades complementares eventualmente propostas à experiência cultural, verificando em que medida reforçam e complementam o projeto, e não se sobrepõem a ele.
- d) Originalidade e potencial de diferenciação e referência regional do projeto.

Escala orientativa:

- a) 0,0 a 3,9: conceito frágil ou genérico, pouco claro; projeto de perfil predominantemente comercial com cultura como apêndice.
- b) 4,0 a 6,9: conceito razoável, com proposta cultural presente mas pouco aprofundada ou com integração superficial entre cultura e atividades complementares propostas.
- c) 7,0 a 8,9: conceito consistente, bem articulado, com proposta cultural sólida e atividades complementares integradas de forma coerente.
- d) 9,0 a 10,0: conceito excelente, original, com proposta cultural de alta qualidade e integração plenamente subordinada das atividades complementares à experiência cultural.

Elementos mínimos esperados:

- i) calendário anual ou semestral com distribuição mensal;
- ii) periodicidade mínima proposta e respectiva justificativa;

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

- iii) descrição de formatos e linguagens (música, dança, teatro, literatura, artes visuais, cultura popular etc.);
- iv) previsão de programação nos finais de semana e em datas estratégicas do Recinto do Folclore;
- v) estimativa de público por tipo de atividade e adequação ao porte do espaço.

CRITÉRIO 2 — PROGRAMAÇÃO CULTURAL E DIVERSIDADE ARTÍSTICA

Peso: 3,0

Avalia a programação cultural proposta em termos de diversidade, continuidade e distribuição ao longo do ano, de forma a reduzir a ociosidade do equipamento e qualificar o uso do espaço público.

Subcritérios orientadores:

- a) Diversidade de linguagens e formatos de apresentações culturais (ex.: música, dança, teatro, literatura, artes visuais, cultura popular, espetáculos e shows).
- b) Periodicidade e regularidade, com calendário inteligível e exequível.
- c) Distribuição ao longo de todos os meses do ano, com atenção à continuidade nos períodos de menor fluxo turístico.
- d) Presença de programação regular nos finais de semana e aderência às datas de programação do Recinto do Folclore, incluindo previsão de funcionamento regular e, quando aplicável, ampliado nesses períodos.
- e) Adequação ao porte e à infraestrutura do imóvel objeto da Permissão.
- f) Ações de mediação e formação cultural, quando propostas (oficinas, rodas, residências, visitas mediadas etc.).

Escala orientativa:

- a) 0,0 a 3,9: programação pobre, eventual ou meramente declaratória, com baixa diversidade e periodicidade.
- b) 4,0 a 6,9: programação razoável, com lacunas de continuidade ou de distribuição anual.
- c) 7,0 a 8,9: programação sólida, diversificada e bem distribuída no calendário anual, inclusive nos finais de semana.
- d) 9,0 a 10,0: programação robusta, contínua, muito diversificada e estruturada de forma consistente ao longo do ano, com presença qualificada nos períodos estratégicos.

CRITÉRIO 3 — GESTÃO, MANUTENÇÃO E SUSTENTABILIDADE OPERACIONAL

Peso: 2,0

Avalia a capacidade de gestão integrada do equipamento — com centralidade na programação cultural e atividades complementares como suporte, incluindo manutenção, equipe, segurança, atendimento ao público e sustentabilidade econômico-financeira que viabilize o cumprimento das obrigações e a continuidade da programação cultural.

Subcritérios orientadores:

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

- a) Estrutura de gestão: organograma, funções, responsabilidades e rotinas operacionais.
- b) Plano de manutenção e conservação do imóvel objeto da Permissão e da Capela dos Santos Reis, abrangendo limpeza, manutenção preventiva e cuidados com o patrimônio.
- c) Plano de segurança e atendimento ao público, incluindo gestão de riscos, rotas de fuga, sinalização e acessibilidade.
- d) Viabilidade econômico-financeira: estimativas coerentes de receitas — incluindo, quando aplicável, receitas de atividades complementares propostas e captação de patrocínios e apoios — e despesas, demonstrando capacidade de suportar a outorga mensal e manter a programação cultural ao longo de toda a vigência.
- e) Mecanismos internos de monitoramento, tais como avaliação de público e aferição da satisfação dos usuários.
- f) Monitoramento e prestação de contas: rotinas internas e ferramentas para produzir evidências objetivas de funcionamento, manutenção e execução cultural, compatíveis com o Plano de Fiscalização e Indicadores (Anexo V) e com os relatórios periódicos.

Escala orientativa:

- a) 0,0 a 3,9: gestão frágil, genérica ou inviável; manutenção e viabilidade ausentes ou inconsistentes.
- b) 4,0 a 6,9: gestão descrita, mas com lacunas relevantes quanto a equipe, manutenção ou viabilidade financeira.
- c) 7,0 a 8,9: gestão clara, manutenção consistente e viabilidade compatível com o objeto.
- d) 9,0 a 10,0: gestão altamente consistente, com manutenção, segurança e monitoramento bem estruturados e modelo econômico-financeiro que demonstra sustentabilidade da programação cultural.

Elementos mínimos esperados:

- i) organograma e descrição de funções (gestão cultural, gestão operacional, manutenção e atendimento);
- ii) rotinas e checagem de manutenção preventiva e corretiva e limpeza (imóvel objeto da Permissão e a Capela);
- iii) plano básico de segurança, acessibilidade e atendimento ao público;
- iv) estimativa econômico-financeira com premissas, incluindo outorga, custos fixos e variáveis;
- v) mecanismos internos de monitoramento (indicadores, registros de funcionamento, registro de ocorrências e reclamações).

CRITÉRIO 4 — QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE E EXPERIÊNCIA PRÉVIA

Peso: 1,5

Avalia a qualidade da equipe proposta e a experiência prévia apresentada como elementos de credibilidade e consistência da proposta, de forma complementar e independente dos requisitos mínimos de habilitação.

Subcritérios orientadores:

- a) Perfil e qualificação dos responsáveis pela gestão cultural e pela gestão operacional, com indicação de funções e adequação ao objeto, sendo valorizada prioritariamente a qualificação na área cultural.
- b) Experiência prévia da licitante ou de sua equipe-chave em projetos culturais e gestão de equipamentos culturais bem como, quando pertinente às atividades complementares propostas, experiência em operação comercial compatível.
- c) Coerência entre a experiência declarada e o projeto proposto, verificando em que medida o histórico apresentado sustenta a viabilidade e a qualidade do que se propõe executar.

Escala orientativa:

- a) 0,0 a 3,9: equipe não identificada ou inadequada; experiência ausente ou sem relação com o objeto.
- b) 4,0 a 6,9: equipe descrita com lacunas; experiência presente em pelo menos um campo, mas com fraca conexão com a proposta.
- c) 7,0 a 8,9: equipe qualificada e experiência relevante, com boa coerência em relação ao projeto apresentado.
- d) 9,0 a 10,0: equipe altamente qualificada, com experiência consistente prioritariamente no campo cultural e, quando aplicável, em atividades compatíveis/complementares previstas na proposta.

3. QUADRO-RESUMO (CRITÉRIOS E PESOS)

Nº	Critério	Peso
1	Conceito e coerência do projeto cultural	3,5
2	Programação cultural e diversidade artística	3,0
3	Gestão, manutenção e sustentabilidade operacional	2,0
4	Qualificação da equipe e experiência prévia	1,5
Soma dos pesos		10,0

4. CÁLCULO DA NOTA FINAL

4.1. A Nota Final (NF) de cada proposta será calculada pela seguinte fórmula de média ponderada:

$$NF = [(N1 \times 3,5) + (N2 \times 3,0) + (N3 \times 2,0) + (N4 \times 1,5)] / 10,0$$

onde:

N1 = nota no Critério 1 (0 a 10)

N2 = nota no Critério 2 (0 a 10)

N3 = nota no Critério 3 (0 a 10)

N4 = nota no Critério 4 (0 a 10)

4.2. A NF será expressa com até duas casas decimais, com arredondamento matemático convencional.

4.3. Será considerada classificada a proposta que obtiver $NF \geq 7,00$ (sete).

5. DESEMPATE

5.1. Havendo empate entre duas ou mais propostas na Nota Final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I – maior nota no Critério 1 (conceito e coerência do projeto cultural);

II – persistindo o empate, maior nota no Critério 2 (programação cultural e diversidade artística);

III – persistindo o empate, maior nota no Critério 3 (gestão, manutenção e sustentabilidade operacional);

IV – persistindo o empate, sorteio em ato público, com registro em ata.

6. REGISTROS, TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

6.1. A Banca Técnica elaborará relatório ou parecer de julgamento contendo, no mínimo:

a) notas atribuídas por critério e por proposta;

b) nota Final de cada proposta;

c) ordem de classificação;

d) fundamentação das notas, com referência aos subcritérios orientadores;

e) motivação de eventual desclassificação, quando houver.

6.2. O relatório ou parecer será juntado aos autos do processo administrativo. O resultado do julgamento será publicado no Portal da Transparência do Município, nos termos do Edital.

6.3. Cada membro da Banca Técnica atribuirá nota individual por critério (0 a 10), com fundamentação sucinta, e a nota final do critério será a média aritmética simples das notas individuais, registrada com até duas casas decimais.

6.3.1. Caso haja diferença superior a 2,0(dois) pontos entre a maior e a menor nota atribuída no mesmo critério, a Banca deverá deliberar e registrar em ata breve justificativa da divergência e, se entender necessário, promover reavaliação do critério, mantendo-se o método de média.